

O BINÔMIO TEORIA E PRÁTICA NO ENSINO DE CATALOGAÇÃO

Vinicius de Souza Tolentino¹

¹Bibliotecário. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Resumo

Aborda a situação do ensino de catalogação no Brasil partindo da análise da história do ensino de biblioteconomia separando-a em seis fases e explicando sua evolução. Discorre sobre as linhas filosóficas que influenciaram os primeiros cursos a fim de saber se as mesmas perduram no ensino da disciplina de catalogação. Define os conceitos de catalogação e representação descritiva esclarecendo suas possíveis diferenças e similitudes. Apresenta uma pesquisa documental nas produções acadêmicas dos alunos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro para identificar a percepção que os mesmos possuem perante a área de catalogação. Compara os currículos e as ementas das disciplinas de catalogação da UNIRIO no intuito de perceber se o ensino se baseia na teoria ou na prática. Finaliza discutindo os resultados do levantamento realizado.

Palavras-Chave:

Catalogação. Representação Descritiva. Ensino. Teoria e Prática.

Abstract

It deals with the teaching cataloging situation in Brazil by analyzing the librarian teaching history, separating it into six phases and explaining its evolution. It discusses the philosophical lines which influenced the first courses in order to know if they continue in the teaching of cataloging. It defines the cataloging concepts and descriptive representation so that to clarify the possible differences and similarities. It presents a documentary research within the students' academic productions of Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro so as to identify the perception that these students have towards the cataloging field. It compares the cataloging curricula and the roll disciplines of UNIRIO in order to realize if the teaching is based on the theory or practice. It concludes by discussing the results of the research.

Keywords:

Cataloging. Descriptive representation. Teaching. Theory and practice.

1 Introdução

O ensino de biblioteconomia no Brasil se tornou efetivo em 1915 na Biblioteca Nacional, com a necessidade de suprir demandas da própria instituição. Após essa data Escolas surgiram no país, trabalhando com diferentes pensamentos e seguindo basicamente duas linhas, uma técnica, com influência americana e a outra com perfil “erudito-guardião” de influência francesa, segundo Castro (2002, p. 27).

A nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB), publicada em 1996, foi um dos marcos conceituais para a definição dos rumos curriculares da educação nacional. Essa Lei ajudou as escolas a pensarem, estruturarem e organizarem seus currículos de maneira mais flexível atendendo melhor as demandas da educação básica, nos níveis médio e fundamental voltada para as diferenças regionais que o país apresenta, focalizando nas aptidões e competências do egresso “visando o estabelecimento dos Parâmetros Curriculares Nacionais” (SOUZA, 2009, p. 147), e da educação superior quando no inciso IX do artigo 9º a Lei nº 9.394/96, descreve

como atribuições da União "autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do Sistema Federal de Ensino Superior" (BRASIL, 1996) propendendo à criação das "Diretrizes Curriculares Nacionais" (SOUZA, 2009, p. 147).

No âmbito do ensino superior, após passar um longo período sem nenhum investimento, o Decreto nº 6.096 de 2007 institucionaliza o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) que foi determinante para alterar a situação das Universidades Federais brasileiras, pois tinha como objetivo a expansão física, acadêmica e pedagógica das universidades federais de educação superior. Para os cursos de biblioteconomia, em especial, trouxe melhorias significativas como o aumento da quantidade dos cursos oferecidos, do número de docentes e as mudanças curriculares.

Desde a criação do primeiro curso de biblioteconomia na Biblioteca Nacional muitos estudos, debates e progressos foram dados na área. A catalogação, como disciplina, sofreu influências e modificações em termos de concepção, conteúdo e carga horária dentro do programa curricular.

A partir da história do ensino de biblioteconomia no Brasil e da situação que se encontram os cursos, a presente pesquisa faz um recorte e aborda o ensino de catalogação a partir da análise de como, atualmente, o mesmo encontra-se alicerçado: na prática, na teoria, ou em ambas?

Partindo desse contexto, definiu-se como objetivo desta pesquisa analisar o ensino de catalogação dentro do binômio teoria-prática tendo em vista o desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), na atualidade. Assim sendo os objetivos específicos passaram a ser:

- discutir o papel da representação descritiva dentro do processo de ensino e aprendizado na área de biblioteconomia, no Brasil;
- identificar a percepção dos alunos de biblioteconomia em relação à área de representação descritiva nas suas produções acadêmicas, em especial nos Trabalho de Conclusão de Curso (TCCs).

A partir desses contextos e dos questionamentos que foram surgindo durante a vida acadêmica, esta pesquisa foi sendo construída de maneira a responder algumas questões: Diante dos fundamentos teóricos da área quais os reflexos na prática catalográfica? Os conceitos propostos pelos Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos (FRBR) estão sendo incorporados aos conteúdos programáticos dos cursos de catalogação? A produção acadêmica nacional da área é um indicativo de mudança? Em que momento a reflexão da práxis da catalogação começou na Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)?

Com os problemas levantados o presente trabalho parte da hipótese que o referencial teórico construído nos últimos anos na área de representação descritiva tem sido incorporado aos cursos e transformado as formas de ensino e aprendizado que, até pouco tempo, baseava-se unicamente na prática catalográfica.

A discussão sobre o ensino de catalogação tem relação com as mudanças tecnológicas que facilitaram as tarefas nas bibliotecas, em especial os processos catalográficos, e das diretrizes publicadas pela International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA) nos últimos anos apresentando modelos conceituais na área de catalogação internacionalmente.

Os conceitos e o referencial teórico que fundamentam este trabalho originaram-se de fontes primárias, secundárias e terciárias de informação. Percebeu-se após o levantamento que a bibliografia específica de catalogação não segue uma única linha de pesquisa. As obras que tratam sobre a área são encontradas e classificadas em Organização do Conhecimento,

Tecnologia da Informação, Recuperação da Informação entre outros temas. Identificou-se nas linhas de pesquisa da Tecnologia da Informação e Recuperação da Informação que a catalogação é focada, na prática, com base nas ferramentas tecnológicas utilizadas. No entanto, a Organização do Conhecimento aborda o tema de maneira teórica. Nota-se com isso que a literatura sobre catalogação, aparentemente, está dispersa o que gera dificuldades em sua recuperação.

2 O Ensino de Biblioteconomia no Brasil

Para compreender a situação do ensino de catalogação iniciamos pela lógica dedutiva partindo do ensino de biblioteconomia no Brasil para assim chegar ao ensino de catalogação propriamente dito.

No que tange o ensino de biblioteconomia no Brasil autores como Dias (1955); Fonseca (1974); Cesarino (1973); Figueiredo (1978); Población e Vergueiro (1991); Castro (2002); Souza (2001, 2003, 2009) desenvolveram obras nessa temática. Sabe-se que outros autores também apresentam estudos classificando em períodos o ensino de biblioteconomia, contudo para a exposição desse assunto utilizar-se-á como norte o pensamento de Edson Nery da Fonseca e Suzana Pinheiro Machado Mueller¹ que dividem o ensino da biblioteconomia em seis fases subdivididos no quadro 1.

Quadro 1 – Fases do Ensino da Biblioteconomia no Brasil

Fases	Período	Eventos
1ª	1879-1929	Liderança da Biblioteca Nacional e influência francesa
2ª	1929-1962	Influência do novo curso do Instituto Mackenzie em São Paulo inspirado no modelo norte-americano
3ª	a partir de 1962	Uniformidade dos cursos desenvolvidos a partir dos currículos mínimos
4ª	década de 1970	Fortalecimento dos cursos, descontentamento em relação aos currículos mínimos, influência das tecnologias, aparecimento dos cursos de pós-graduação
5ª	1982-2000	Novo currículo mínimo e reformulação dos programas de ensino
6ª	2001-	Nova concepção da matriz curricular com base nas diretrizes da ABECIN

Fonte – Adaptação de Weitzel (2009, p. 8).

O primeiro curso de biblioteconomia no Brasil foi criado na Biblioteca Nacional no ano de 1911 regulamentado pela Lei nº 2.356, de 31 de dezembro de 1910. A duração do curso tinha um ano e era composto de quatro matérias: Bibliografia, Paleografia e Diplomática, Iconografia e Numismática (MUELLER, 1985, p. 4). Durante dois anos, compreendido de 1912 a 1914, nenhum candidato se inscreveu no curso o qual teve seu efetivo início marcado apenas no ano de 1915 (WEITZEL, 2009, p. 9). Há especulações sobre as possíveis causas desses dois anos que o curso ficou parado por não ter candidato.

O curso de biblioteconomia da Biblioteca Nacional em 1921 volta a apresentar o mesmo problema que o fez ficar estagnado durante dois anos após a sua legalização em 1911, a não inscrição de candidatas culminando no encerramento de suas atividades em 1922 dando lugar ao “Curso Técnico” pelo Decreto nº 15.670 de 1922 (WEITZEL, 2009, p. 9). O

¹ Fonseca separa as três primeiras fases da história do ensino da biblioteconomia brasileira completadas por mais duas de Mueller (1985, p. 3). Weitzel (2009, p. 8) acrescenta a sexta fase dizendo que em 2001 a Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (ABECIN) atendeu às novas exigências do MEC estabelecendo suas diretrizes curriculares inaugurando segundo a autora essa fase.

objetivo do curso de acordo com Castro (2000, p. 57 apud WEITZEL, 2009, p. 10) era preparar profissionais habilitados para executarem e atuarem em serviços no Museu Histórico Nacional regulamentado pelo Decreto nº 15.596, de dois de agosto de 1922, na Biblioteca Nacional e no Arquivo Nacional com a duração de dois anos.

Segundo Tarapanoff (1985, p. 220 apud SOUZA, 2009, p. 46) o curso da Biblioteca Nacional “dava ênfase especial ao aspecto cultural e informativo, e se preocupava menos com o enfoque técnico”. Motivo pelo qual a disciplina catalogação não aparece de maneira explícita listada nas matérias do primeiro curso de biblioteconomia do país, “o conteúdo técnico estava embutido na disciplina Bibliografia e era de domínio empírico dos alunos” (SOUZA, 2009, p. 47).

De maneira diferente é iniciada a segunda fase, compreendida de 1929 a 1962, época da influência norte-americana norteando e modificando o ensino da biblioteconomia trazendo uma linha mais técnica e distanciando assim da linha humanista da primeira fase. A influência dos Estados Unidos em São Paulo é discutida por Souza (2003, p. 78) ao relatar que nos 30 primeiros anos do século a capital paulista vinha tentando superar o Rio de Janeiro na economia e na política, e o centro de onde saíam os modelos a serem assimilados por possuir o novo imperialismo mundial vinham dos Estados Unidos.

Mediante a isso o segundo curso da área foi criado na cidade de São Paulo no Instituto Mackenzie em 1929 impulsionado “pelo desenvolvimento econômico, [da] cafeicultura e [das] indústrias” (MILANESI, 1989, p. 75).

O curso foi mantido no Instituto Mackenzie até o ano de 1935, quando foi transferido para a responsabilidade da Prefeitura de São Paulo marcado pela criação do Departamento de Cultura na gestão do prefeito Eduardo Prado. A criação do Departamento de Cultura não foi impulsionada “pelo esforço de pedagogos e nem teve vínculos com forças religiosas, mas foi constituído pela ação de uma elite culta e obstinada que via na Cultura uma forma de aperfeiçoamento da sociedade” (MILANESI, 1989, p. 77). A estrutura do Departamento era equivalente a uma secretaria composto por um Gabinete de Diretor e cinco divisões: “Divisão de Expansão Cultural, Divisão de Educação e Recreio, Divisão de Documentação Histórica e Social, Divisão de Turismo e de Divertimentos Públicos e Divisão de Bibliotecas” (MILANESI, 1989, p. 77-78).

A década de 1950 é marcada por fatos que testificam o aumento e a expansão da biblioteconomia brasileira. Seja na criação de Institutos como o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD) fundado em 1954, hoje Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) que trouxe mudanças nos conteúdos dos cursos oferecidos no país incorporando “referenciais teóricos e práticos da documentação, sob a influência de Herbert Coblans e Zeferino Paulo forma[ndo] um profissional especializado no tratamento da informação técnico-científicas” (CASTRO, 2002, p. 31) ou realizações de importantes congressos como a Conferência sobre o Desenvolvimento dos Serviços de Bibliotecas Públicas na América Latina, promovida pela UNESCO e pela Organização dos Estados Americanos, em 1951, na cidade de São Paulo; o Primeiro Congresso de Bibliotecas do Distrito Federal promovido pela Biblioteca Municipal do Rio de Janeiro no ano de 1953; e o Primeiro Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, em 1954, em Recife, (MUELLER, 1985, p. 5) que viabilizou a discussão de assuntos profissionais como a não unidade entre as escolas de biblioteconomia e o não reconhecimento legal da profissão como descreve Castro (2002, p. 33).

Com a criação de Institutos, a participação e o ajuntamento de bibliotecários que estavam em diferentes pontos do país nos Congressos o ensino da biblioteconomia ganhou uma harmonia culminando na consolidação e aprovação do primeiro currículo mínimo da área de biblioteconomia pelo Conselho Federal de Educação o que marca a terceira fase do ensino

de biblioteconomia, por meio do Parecer nº 326, de 16 de novembro de 1962 (CASTRO, 2002, p. 35).

A quarta fase é marcada a partir da década de 70. As mudanças científicas e tecnológicas desse período marcado pela Guerra Fria tiveram grande influência na área biblioteconômica fazendo com que a classe repensasse seus currículos novamente para se adequar a realidade que se figurava no mundo.

A partir dessa realidade é exigido do bibliotecário outra dinâmica que tem a necessidade de produção de resposta certa e rápida.

Nesse sentido, começa a ser superada a noção de leitor que busca na biblioteca o livro ou o documento para sua leitura e começa a tomar expressão a existência do usuário, que não tem o documento como foco. Ao usuário, é a informação o que lhe interessa obter, uma vez que ele não tem apenas um interesse ou desejo de ler algo, mas a necessidade de conteúdos, ou melhor, de informação, como matéria-prima ou parte componente de seu trabalho (SOUZA, 2009, p. 102-103).

A quinta fase do ensino da biblioteconomia é marcada com a aprovação do segundo currículo mínimo do curso de biblioteconomia pelo Conselho Federal de Educação através da Resolução nº 08, de 29 de outubro de 1982. Sua implantação foi dada no ano de 1984, passando a constituir-se de três grupos de matérias acrescentando-lhe uma melhora na formação técnica e intelectual do bibliotecário.

Na década de 90 a tecnologia dos computadores, a globalização da economia, o desemprego gerado pelas novas tecnologias trouxe para o ensino de Biblioteconomia uma nova dinâmica que inova as habilidades e qualificações do perfil do bibliotecário. Nesse contexto o grupo de trabalho da Federação Internacional de Documentação (FID) através de membros da diretoria da ABEBD apresentou um discurso que rendeu intensa produção de publicações que qualificava e descrevia o perfil do Moderno Profissional da Informação.

Em 2001 surge uma nova Associação no lugar da ABEBD que foi extinta, a Associação Brasileira de Ensino em Ciência da Informação (ABECIN), que flexibilizou os currículos seguindo as Diretrizes Curriculares Nacionais propostas pelo Ministério da Educação (MEC) para a educação superior advindas da Lei nº 9.394 de 1996, iniciando assim a sexta fase do ensino da Biblioteconomia.

A partir de discussões feitas com a participação de professores, diretores das escolas de Biblioteconomia, coordenadores de cursos, diretoria e representantes da ABECIN no país e no âmbito do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) fica firmado que os currículos mínimo e plenos deixam de existir passando a vigorar seis áreas curriculares estabelecidas da seguinte forma: Fundamentos Teóricos da Biblioteconomia e da Ciência da Informação; Organização e Tratamento da Informação; Recursos e serviços de Informação; Gestão de Unidade de Informação; Tecnologia da Informação; Pesquisa (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2010, p. 27).

3 Procedimentos metodológicos: contextualização da pesquisa

Para contextualizar o universo da pesquisa faz-se necessário apresentar alguns pontos da história da instituição federal de ensino superior selecionada: a UNIRIO. Cabe esclarecer que a escolha principal pela UNIRIO se deu em função da sua importância na história do ensino de biblioteconomia no país.

É sabido que o curso da Escola de Biblioteconomia da UNIRIO tem sua história marcada pela transferência do curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional o que lhe confere tradição no ensino de biblioteconomia nacional.

Segundo Oliveira (2002, p. 77) o período compreendido entre os anos de 1969 a 1979

é denominado de “gestação” da UNIRIO, pois em meio a uma série de alterações que formaram a base da instituição, destacam-se a criação da Federação das Escolas Federais Isoladas da Guanabara (FEFIEG) e sua transformação em Universidade.

No ano de 1969, pelo Decreto-Lei nº 773, de 20 de agosto é criada a FEFIEG. A sua instituição reuniu e integrou, de forma jurídica, os estabelecimentos isolados de ensino federal com sede na cidade do Rio de Janeiro. A nova instituição era composta por 7 estabelecimentos isolados de ensino: I – A Fundação Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro; II – A Escola de Enfermagem Alfredo Pinto; III – A Escola Central de Nutrição; IV – O Curso Superior de Teatro, do Serviço Nacional de Teatro; V – O Instituto Villa-Lobos; VI – O Curso de Biblioteconomia, da Biblioteca Nacional e VII – O Instituto Nacional do Câncer (OLIVEIRA, 2002, p. 77-78).

Em 1975, com a fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, o Decreto nº 76.832, de 17 de dezembro renomeou a FEFIEG que passou a denominar-se Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro (FEFIERJ).

Em 1979, a FEFIERJ transforma-se em Universidade, por meio da Lei nº 6.655, de 5 de junho de 1979, passando a chamar-se Universidade do Rio de Janeiro, sendo que no ano de 2003 seu nome muda novamente, atendendo a Lei de Diretrizes e Bases, para o de Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Portanto, apesar da UNIRIO ter surgido em 1979, a data de fundação do curso de Biblioteconomia é o de 1911 regulamentado pela Lei nº 2.356, de 31 de dezembro de 1910 que institucionaliza o ensino na Biblioteca Nacional.

3.1 A Catalogação no currículo de Biblioteconomia da Unirio

A análise do currículo da disciplina de catalogação do curso de biblioteconomia da UNIRIO se baseou na sexta fase do ensino de biblioteconomia, conforme a classificação proposta por Fonseca e Muller (1985, p. 3) e acrescida por Weitzel (2009, p. 8), pois em detrimento da mudança do curso da Biblioteca Nacional para a FEFIEG, FEFIERJ e posteriormente UNIRIO, o curso aderiu nesse período a leis, decretos e resoluções que modificaram seu currículo durante o passar desses anos.

Dentre as áreas curriculares aprovadas, no lugar dos currículos mínimos que deixaram de existir, pela ABECIN a partir de 2001, o curso de Biblioteconomia da UNIRIO optou por seguir a área do Ensino das Tecnologias da Informação e a área da Pesquisa, mantendo a partir dessas duas áreas aprovadas pela ABECIN quatro grandes áreas: Fundamentos Teóricos da Biblioteconomia e da Ciência da Informação; Organização e Recuperação da Informação; Recursos e Serviços de Informação e Gestão da Informação e de Unidades de Informação (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2010, p. 27).

A Escola de Biblioteconomia desde a época que aderiu as duas das seis áreas curriculares propostas pela ABECIN vinha estudando e aperfeiçoando seu currículo. Foi então no segundo semestre de 2010 que a Escola de Biblioteconomia aprova a mudança da matriz curricular seguindo duas perspectivas.

A de três LINHAS curriculares, de caráter transversal, que apontam aos três conjuntos de saberes necessários à formação do bacharel em Biblioteconomia e que perpassam todo o curso; e a de três EIXOS Curriculares, de caráter focal, compreendendo um corpus de saber biblioteconômico especializado, que se realiza teórica e tecnicamente em determinados domínios de aplicação tipificados no país e, especialmente, no estado do Rio de Janeiro (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2010, p. 53).

As três linhas curriculares são: Linha Teórico-Metodológica, representada por

disciplinas formativas, “que apresentam os princípios da área, suas teorias, métodos e técnicas e que compõem o saber próprio do bibliotecário” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2010, p. 54); Linha Humanista-Social, formada por disciplinas das áreas conexas do campo de ciências humanas e sociais; e a Linha Instrumental, composta por disciplinas que dão apoio aos conteúdos dados e pela prática dos conhecimentos das disciplinas dos outros dois eixos.

Os eixos curriculares estão ancorados na necessidade de estabelecer espaços no Brasil, e em especial no Rio de Janeiro, de trabalho com estratos especializados. No quadro 2 encontram-se arrolados os eixos que a nova matriz curricular da Escola de Biblioteconomia segue acompanhados por sua descrição.

Quadro 2 – Eixos Curriculares que compõe a nova Matriz curricular do curso de Biblioteconomia da UNIRIO.

EIXOS	DESCRIÇÃO
Eixo I: Biblioteconomia em Memória, Patrimônio e Cultura	Corpus de conhecimento para o desenvolvimento de atividades biblioteconômicas no âmbito das instituições de memória e cultura visando à educação, referentes à organização, tratamento e gestão de registros do conhecimento e sua disseminação para a sociedade, bem como para a preservação da memória, do patrimônio e da cultura locais e nacionais.
Eixo II: Biblioteconomia em Ciência e Tecnologia	Corpus de conhecimento para o desenvolvimento de atividades biblioteconômicas no âmbito das unidades de informação especializadas no conhecimento técnico, científico, tecnológico, para a inovação e em vista do desenvolvimento de instituições científicas, acadêmicas e industriais.
Eixo III: Biblioteconomia para Gestão da Informação em Organizações	Corpus de conhecimento para o desenvolvimento de atividades de gestão biblioteconômica no âmbito das unidades de informação de organizações com foco no tratamento da informação e na organização e gestão do conhecimento para corporações produtoras de bens e serviços.

Fonte – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (2010, p. 56-57).

As disciplinas de catalogação estão inseridas na Linha Teórico-Metodológica, pois é nela que os princípios, métodos, técnicas da área biblioteconômica estão agrupados. Antes da mudança curricular as disciplinas do curso de catalogação eram formadas por: Introdução à Catalogação, Catalogação I, Catalogação II e Catalogação III. Atualmente, além de mudanças na carga horária seus nomes sofreram alterações passando a chamar-se Representação Descritiva I, II e III, com a criação de três disciplinas optativas a Representação Descritiva IV, V e Tópicos Especiais em Representação Descritiva.

No quadro 3, apresentado a seguir estão as disciplinas de catalogação e suas respectivas cargas horárias do curso vigente do período de 2001 a 2010 e do novo currículo que entrou em vigor a partir de do segundo semestre de 2010. Pode-se constatar que o total de carga horária obrigatória diminuiu. No currículo antigo era 270h ficando com 180h no currículo novo, em função da disciplina de Catalogação III que tem sua equivalência no currículo novo pelas disciplinas optativas Representação Descritiva IV, V e Tópicos Especiais em Representação Descritiva.

Quadro 3 – Matriz curricular do curso de catalogação da UNIRIO com equivalências do currículo novo e antigo.

CURRÍCULO ANTIGO				CURRÍCULO NOVO			
DISCIPLINAS	Carga horária			DISCIPLINAS	Carga horária		
	Teórico	Prático	Total		Teórico	Prático	Total
Introdução à Catalogação	15	30	45	Representação Descritiva I	30	30	60

Catologação I	30	60	90	Representação Descritiva II	30	30	60
Catologação II	30	30	60	Representação Descritiva III	30	30	60
Catologação III	45	30	75	Representação Descritiva IV	30	-	30
				Representação Descritiva V	30	-	30
				Tópicos Especiais em Representação Descritiva	45	-	45

Fonte – Autor (2011).

3.2 A Pesquisa: resultados dos TCCs

Conforme explicitado na metodologia desse trabalho a mesma configura-se como uma pesquisa documental de caráter qualitativo e quantitativo.

A investigação foi feita em documentos que já passaram por uma análise metodológica, conceitual e de normalização, pois tratam de Trabalhos de Conclusão de Curso.

O universo da pesquisa restringe-se à Escola de Biblioteconomia da UNIRIO em que foi feito um levantamento investigativo documental com base nos Trabalhos de Conclusão de Curso defendidos no período de 2001 a 2010.

O primeiro passo dado para a liberação e aprovação da pesquisa foi um contato via e-mail com a diretoria da Escola de Biblioteconomia explicando os objetivos do trabalho e informando os motivos pelos quais era necessário ter acesso aos Trabalhos de Conclusão de Curso. Após receber o retorno da mensagem agendou-se dia e horário para o atendimento presencial.

No primeiro encontro foi necessário explicar detalhadamente o teor da pesquisa para que a documentação fosse liberada. Com isso foi apresentado ao aluno a base de dados dos TCCs da Escola de Biblioteconomia da UNIRIO, a qual encontrava-se em um único DVD, que não poderia ser retirado por hipótese alguma da Escola de Biblioteconomia. Nesse momento por não estar prevenido, a única ferramenta disponível em poder do aluno para a cópia dos registros era um pen drive de 4GB, que não estava vazio não sendo suficiente para arquivar todos os documentos existentes na base. Foi necessário o agendamento de um outro dia para que o aluno terminasse de copiar todos os registros.

Os arquivos foram copiados para um HD externo com capacidade de 1TB de memória. Porém, no segundo encontro o aluno não teve acesso ao DVD original que dispunha dos arquivos digitais dos TCCs armazenados em uma base de dados em Access. Os documentos foram transferidos e disponibilizados ao aluno para cópia na pasta com nome 'TCC's' feita pela diretoria e fixada no desktop do notebook da Escola.

Como a base de dados em Access não foi disponibilizada não foi possível por parte do aluno recuperar as informações com rapidez, por meio de buscas que o banco de dados fornece, por isso a pesquisa foi realizada manualmente em 819 pastas contendo 4.282 arquivos, totalizando 4GB de memória.

As pastas estavam separadas por ano, seguida da marcação 1 ou 2 representando o semestre defendido, começando no ano de 1997 e terminando em 2011. Nos anos de 1997, 1999 e 2001 as pastas estavam grafadas com o número 1 após o ano representando assim somente os TCCs defendidos no primeiro semestre dos respectivos anos. As pastas do ano de

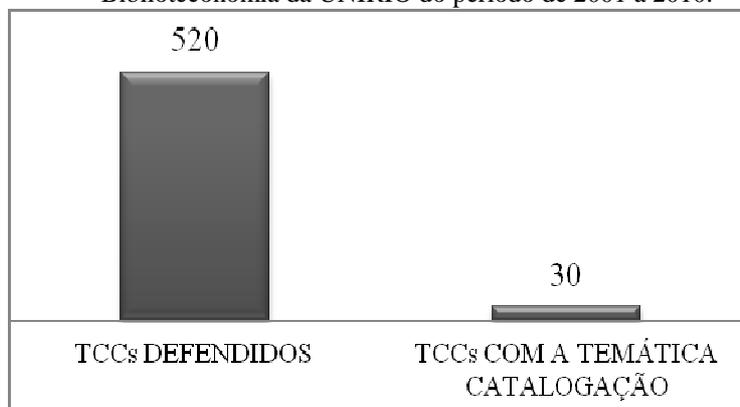
1998 e 2000 só continham os TCCs defendidos no segundo semestre, pois estavam marcadas com o número 2 após o ano. Do ano de 2002 em diante todas as pastas tinham arquivos separados por 1º e 2º semestre.

A organização dos arquivos encontrados dentro da pasta com o ano está disposta pelo nome completo dos autores dos TCCs. Ao entrar na pasta com o nome completo dos autores foram encontrados os arquivos com o TCC e em outra pasta com a descrição 'Revistos', encontravam-se os TCC em sua versão final, ou seja, analisados e aprovados pela banca.

Para a pesquisa documental foram analisados os TCCs que estavam na pasta com a descrição 'Revistos', por entender que esses arquivos foram as versões finais dos autores. Importante informar que 18 pastas vinham arroladas com o nome do autor, porém não tinha nenhum conteúdo e por isso não foram contabilizadas no total de TCCs analisados.

O recorte feito para essa pesquisa foi o do período de 2001 a 2010, compreendendo aos últimos 10 anos o que correspondeu a um total de 520 TCCs indexados e analisados.

Gráfico 1 – Resultado do levantamento feito nos TCCs da Escola Biblioteconomia da UNIRIO do período de 2001 a 2010.



Fonte – Autor (2011).

Dos 520 TCCs analisados nessa pesquisa, 30 abordavam a temática catalogação relacionado aos conceitos apresentados na segunda seção desse trabalho, ou seja os fundamentos teóricos e práticas da área de catalogação.

As análises feitas para identificar quais TCCs abordavam a temática desejada seguiu quatro passos: primeiro o reconhecimento dos títulos para identificar qual área da biblioteconomia enquadrava-se aquele estudo, em seguida a análise dos assuntos indexados na ficha catalográfica e depois uma leitura do sumário para visualizar quais grandes áreas foram abordadas.

A seguir é apresentado o resultado das análises destes materiais em ordem cronológica.

Tabela 2 – Resultado em números do levantamento feito nos TCCs separados por anos.

ANO	TCCs DEFENDIDOS	TCCs COM A TEMÁTICA CATALOGAÇÃO	%
2001	22	4	15
2002	55	4	7
2003	52	1	2
2004	43	1	2
2005	97	8	8
2006	16	1	6
2007	15	1	6

2008	69	3	4
2009	81	6	7
2010	70	1	1
TOTAL	520	30	5

Fonte – Autor (2011).

No ano de 2001 dos 22 TCCs analisados apenas 4 (15%) foram identificavam com a temática catalogação. Contudo percebe-se que o assunto destas obras remete a elaboração de catálogos segundo o conceito de bibliografia, em particular o conceito de Bibliografia Enumerativas ou Sistemáticas que em seus repertórios especificam-se na forma de catálogos, índices, bibliografias de bibliografias normalmente em papel, e não na catalogação propriamente dita.

No ano de 2002 quatro (7%) TCCs foram identificados, sendo que dois deles remontam ao assunto de proposta de construção de listagens, um com foco na informatização de catálogos e um aborda os formatos bibliográficos eletrônicos. Cabe salientar que o mesmo número de TCCs com a temática catalogação foi achado nos anos de 2001 e 2002, contudo a quantidade de trabalhos de conclusão de curso defendidas no último ano foi o dobro do ano de 2001, por isso a percentagem diminuiu.

No ano de 2003 de 52 TCCs defendidos apenas um TCC foi relacionado com a temática catalogação. Nesse caso o assunto abordado considerava as novas ferramentas de descrição bibliográficas.

No ano seguinte, 2004, a percentagem permanece a mesma, apenas um TCC com a temática catalogação foi identificado. Esse dado nos leva a crer que a temática ainda não chamava atenção dos alunos, pois do total de 43 TCCs defendidos no ano de 2004, apenas um aluno se identificou com a área. Nesse caso o foco é o código de catalogação AACR2 numa análise comparativa entre a 2ª edição e a 2ª edição revisada.

Os dados analisados no ano de 2005 dão a entender que a temática catalogação estava em alta, contudo nesse ano a Escola de Biblioteconomia recebeu um número alto de defesas, registrando 97 TCCs mais que o dobro do ano anterior.

Cabe esclarecer que o motivo do número tão alto de defesas na UNIRIO durante esse ano, provavelmente tenha se dado pelo baixo número de docentes na Escola devido a aposentadoria dos mais antigos, e a não abertura de concurso público na Universidade para o curso de Biblioteconomia, o que acabou atrasando a formatura dos alunos.

A temática dessas monografias em sua maioria é focada nas normas e formatos de descrição bibliográfica. Do total de oito TCCs com a temática catalogação seis abordam as normas, sendo que 1 desses abarca temática normas e formatos, um compara catálogos online de Bibliotecas e um enquadra-se em formatos.

No ano de 2006 um TCC foi identificado apresentando a temática normas. Seu foco ficou no assunto do novo código de catalogação que estava sendo discutido no momento.

Em 2007 o número de TCCs que falaram sobre catalogação ficou restrito a 1. A área classificada para esse foi a de formatos.

De 69 TCCs analisados no ano de 2008, três retratam a temática catalogação, no âmbito de normas e cooperação catalográfica.

O número de TCCs durante o ano de 2009 subiu, mostrando uma tímida afinidade que os alunos passaram a ter com a área. De 81 TCCs 7% tiveram a temática catalogação trazendo uma abordagem sobre cooperação catalográfica, formatos de descrição e informatização de catálogos.

No último ano analisado, 2010, apenas um TCC foi identificado trazendo uma abordagem teórica prática acerca dos conceitos dos FRBR para a recuperação de um registro bibliográfico raro.

Após identificação dos 30 TCCs analisou-se seus conteúdos e estabeleceu categorias para agrupá-los por subtemas. Foram criadas seis categorias: Elaboração de catálogos, Normas, Formatos, Catalogação cooperativa, Recuperação de registros bibliográficos e Catálogos eletrônicos.

A categoria *Elaboração de catálogos* remete ao conceito da Bibliografia Enumerativa ou Sistemática, segundo Harmon (1981, p. 50-53 apud ALENTEJO, 2008, p. 6) pode ser entendida como o “ramo da bibliografia cujos produtos listam, estrategicamente, materiais que têm em comum o mesmo arranjo de modo sistemático contendo informação suficiente para identificação de casa item que possa, eventualmente, ser consultado”. São elaboradas para proporcionar acesso as fontes e aos conteúdos nelas inventariados.

A categoria *Normas* diz respeito aos códigos e regras de catalogação e aos padrões utilizados na descrição dos registros bibliográficos, por exemplo: Recursos: Descrição e Acesso (RDA), Anglo-American Cataloguing Rules, 2nd edition (AACR2), ISBDs, Associação Francesa de Normalização (AFNOR).

Na categoria *Formatos* estão classificados os assuntos que abordam os formatos existentes de descrição de recursos eletrônicos, como o Machine Readable Cataloguing (Marc), Dublin Core.

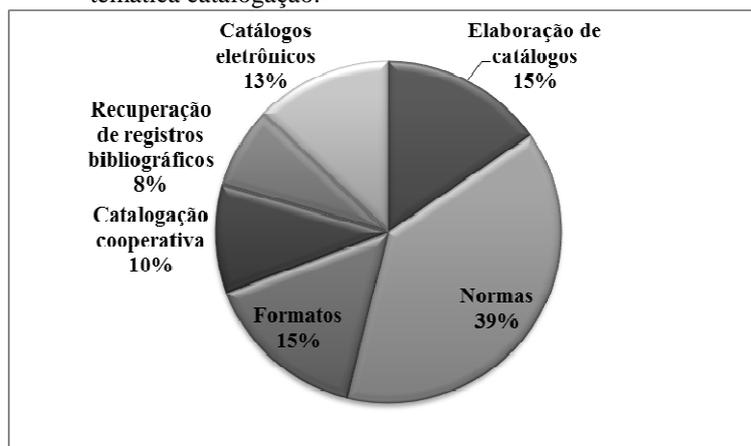
A categoria *Catalogação cooperativa* aborda assuntos referentes a interoperabilidade de catálogos para a transferência de dados de registros bibliográficas utilizando como padrão o protocolo Z39.50 através das redes de cooperação de vários centros de documentação e bibliotecas unidas para esse propósito.

A quinta categoria criada foi *Recuperação de registros bibliográficos* nela estão agrupados os assuntos referentes a software de bibliotecas utilizadas para esse fim, além de teorias sobre recuperação de informação em bibliotecas.

A última categoria elencada foi a de *Catálogos eletrônicos* nela estão reunidos os assuntos referente a informatização de catálogos, comparação de catálogos online existentes e sua usabilidade e a experiência de catálogos que aderiram a cooperação de dados.

Alguns TCCs enquadram-se em mais de uma categoria, por abordarem conceitos próximos e terem finalidades iguais.

Gráfico 2 – Categorias levantadas nos 30 TCCs identificados com a temática catalogação.



Fonte – Autor (2011).

Percebe-se que em sua maioria (39%) o assunto abordado nos TCCs que falavam sobre catalogação era em cima de normas e regras de descrição bibliográfica.

5 Considerações Parciais/Finais

No início desse trabalho foi proposto como objetivos discutir o papel no processo de ensino e aprendizado e identificar a percepção dos alunos de biblioteconomia em relação a área. Ao passar pelo ensino de Biblioteconomia no Brasil foi possível identificar os momentos em que as práticas da área foram supervalorizadas, como a criação de cursos em Departamentos, Institutos que formavam bibliotecários técnicos para atuarem diretamente no mercado de trabalho, seguindo influências da corrente americana. Interessante perceber a atenção que os autores tiveram pela temática, ao longo dos anos sempre tiveram presentes discutindo uma mudança não só no ensino, mas também nos currículos.

Acredita-se que esta pesquisa conseguiu responder as perguntas que permearam o início deste trabalho. Naquele momento as perguntas levantadas foram: quais os reflexos teriam na prática os fundamentos teóricos da área? Os conceitos dos FRBR foram incorporados nos conteúdos dos cursos de catalogação? A produção acadêmica nacional em torno da temática reflete uma mudança significativa? Quando teve início a reflexão da práxis no ensino da UNIRIO?

Entende-se que os fundamentos da área não se modificaram, eles se renovaram com as novas tecnologias. Exemplo disso são os FRBR que, por não estarem claramente evidenciados nos currículos das disciplinas de catalogação, fica a critério dos professores o aprofundamento ou não desses conceitos. Segundo discussão em congressos da área e na lista de discussão do GEPCAT há docentes que acham esse conteúdo pesado para ser ensinado na graduação, prescrevendo-o para o nível de pós-graduação ou se possível dentro de matérias optativas.

Os teóricos que fundamentaram a área de catalogação precisam ser estudados e discutidos nos cursos de catalogação. Prova disso, por exemplo, são os conceitos que Panizzi pregava no século passado e que estão presentes no modelo conceitual dos FRBR proposto pela IFLA.

A área de catalogação começa a ressurgir após ficar um período sem muito destaque no âmbito da Biblioteconomia. Entende-se que isso se deve em função das novas tecnologias de informação e comunicação que estão sendo incorporadas pela área, facilitando a recuperação, o registro e o intercâmbio de informações, e que tem estado presente em produções acadêmicas de várias áreas.

No que se refere ao reflexo desta realidade na pesquisa realizada nas produções acadêmicas dos alunos da UNIRIO ficou evidente que o assunto ainda não é o foco das atenções dos alunos, visto que apenas 5% do total dos TCCs pesquisados optaram por eleger esse tema para suas pesquisas de final de curso. Pode-se dizer que a percepção dos alunos de Biblioteconomia da UNIRIO frente a disciplina ainda tem sido tímida e quando se dispõe a abordar o assunto privilegiam a análise de normas e regras, prova disso foram os 39% dos TCCs defendidos dentro do universo dos 30 TCCs dos últimos 10 anos que tratam sobre essa categoria. A análise teórica e filosófica da área não foi abordada em nenhum desses trabalhos.

Ao abordar as categorias realizadas e elaboradas pelo autor, vale destacar que o exercício de categorizar os assuntos dos TCCs que abordavam a temática catalogação foi penoso, pois como os TCCs estavam fundamentados na prática da profissão, as normas, os formatos e a recuperação estavam em sua maioria ligadas. E por essa razão foi difícil colocar um único TCC preenchendo uma categoria, sendo assim foi necessário criar categorias mais abrangentes.

O resultado obtido no levantamento dos TCC leva a observar que a prática catalográfica tem tomado o lugar da teoria no ensino de catalogação. E com as mudanças tecnológicas o ensino da disciplina precisa chegar a um equilíbrio entre a prática e a fundamentação. No caso da catalogação a lógica é um fundamento básico para que se entenda

todo o processo.

Ao longo do trabalho assuntos que não estavam no seu escopo foram aparecendo, refletindo a necessidade de pesquisas mais aprofundadas na área e suscitando novos questionamentos como: Os códigos têm tomado o lugar da teoria em algumas disciplinas dos cursos de catalogação? Quais as epistemologias que estão nos conceitos de catalogação e representação descritiva? Estariam eles bebendo da mesma corrente filosófica? O empírico da disciplina de catalogação é o tem regido o ensino de biblioteconomia não só na UNIRIO mais de todo o Brasil?

6 Referências

ALENTEJO, Eduardo. **Bibliografia 1**: planos de aula. 2008. 70 f. Material didático utilizado no curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

ALVARENGA, Lídia. Representação do conhecimento na perspectiva da ciência da informação em tempo e espaço digitais. **Revista Eletrônica de Biblioteconomia**, Florianópolis, n. 15, 1. sem. 2003. Disponível em:
<<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2003v8n15p18/5233>>. Acesso em: 18 nov. 2011.

BAPTISTA, Dulce Maria. A catalogação como atividade profissional especializada e objeto de ensino universitário. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 11, n.1, jan./jun. 2006. Disponível em:
<<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1700>>. Acesso em: 09 jul. 2011.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27833. Disponível em:
<<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=102480&tipoDocumento=LEI&tipoTexto=PUB>>. Acesso em: 16 nov. 2011.

CASTRO, César Augusto. **Histórico e evolução curricular na área de biblioteconomia no Brasil**. In: VALENTIM, Marta Lígia (Org.). Formação do profissional da informação. São Paulo: Polis, 2002

_____. O ensino e a prática da biblioteconomia na era das incertezas. **Educação Temática Digital**, Campinas, v. 6, n. 2, p. 17-29, jun. 2005. Disponível em:
<<http://www.fe.unicamp.br/revista/index.php/etd/article/view/1654>>. Acesso em: 16 out. 2011.

CESARINO, Maria Augusta da Nóbrega. O ensino de biblioteconomia: um currículo a ser mudado. **R Esc. Bibliotecon. UFMG**, Belo Horizonte, v. 2, n.1, p. 43-59, mar. 1973.

CINTRA, Anna Maria Marques. Determinação do tema de pesquisa. **Ciência da Informação**, v. 11, n. 2, p. 13-16, 1982. Disponível em:
<<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/viewArticle/1478>>. Acesso em: 21 jan. 2011.

DECLARAÇÃO dos Princípios Internacionais de Catalogação. 2009. Tradução de Lídia Alvarenga e Márcia Milton Vianna. Disponível em:

<http://www.ifla.org/files/cataloguing/icp/icp_2009-pt.pdf>. Acesso em 25 abr. 2009.

DIAS, A. C. **O ensino da biblioteconomia no Brasil**. Rio de Janeiro: IPASE, Serviço de Publicidade, 1955.

FERREIRA, Maria Luiza A. G. et al. Currículo mínimo de biblioteconomia. **R. Esc. Bibliotecon. UFMG**, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. 92-99, mar. 1977.

FIGUEIREDO, Nice (Ed.). **O ensino de biblioteconomia no Brasil**. Brasília: CAPES, 1978. 3 v.

FONSECA, Edson Nery da Fonseca. A pós-graduação em biblioteconomia. **R. Esc. Bibliotecon. UFMG**, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, p. 27-39, mar. 1974.

GARRIDO ARILLA, María Rosa. Contienda por el control documentário: etapas pretécnica y técnica en catalogación. In: CONGRESO UNIVERSITARIO DE CIÊNCIAS DE LA DOCUMENTACIÓN, 1., 2000, Madrid. **Anais...** Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 2000. Disponível em:

<<http://www.ucm.es/info/multidoc/multidoc/revista/num10/paginas/pdfs/mrgarrido.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2011.

_____. **Teoría e historia de la catalogación de documentos**. Madrid: Síntesis, 1996.

LÓPEZ GUILLAMÓN, Ignacio. Apuntes para una historia de la catalogación internacional en los siglos XIX y XX. **SCIRE**: representación y organización del conocimiento, Espanha, v. 10, n. 1, p. 121-144, enero/jun. 2004. Disponível em:

<<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=1299326>>. Acesso em: 29 nov. 2011.

MEY, Eliane Serrão Alves. **Introdução à catalogação**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1995.

MEY, Eliane Serrão Alves; SILVEIRA, Naira Christofolletti. **Catalogação no plural**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2009.

MILANESI, Luiz. **Ordenar para desordenar**: centros de cultura e bibliotecas públicas. 2. ed. São Paulo: Editora brasiliense, 1989.

MODESTO, Fernando. Panorama da catalogação no Brasil: da década de 1930 aos primeiros anos do século XXI. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 22., 2007, Brasília. **Anais...** Brasília, 2007. Disponível em:

<<http://www.eca.usp.br/prof/fmodesto/textos/2007PanoramaCatalogacao.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2011.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. O ensino de biblioteconomia no Brasil. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 14, n. 1, p. 3-15, jan./jun. 1985.

OLIVEIRA, Carmen Irene Correia de. **Universidade do Rio de Janeiro** - discurso, memória e identidade: gênese e afirmação. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento)-Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

OLIVER, Chris. **Introdução à RDA: um guia básico**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2011.

ORTEGA, Cristina Dotta. Do princípio monográfico à unidade documentária: exploração dos fundamentos da catalogação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 11., 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2010.

POBLACIÓN, Dinah Aguiar; VERGUEIRO, Waldomiro C. S. O ensino de graduação de biblioteconomia no estado de São Paulo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 14, Salvador, 1991. **Anais...** Salvador: APB-BA, 1991. p. 1202-1204.

SOUZA, Francisco das Chagas de. A escola de biblioteconomia e a ancoragem da profissão de bibliotecário. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 11, n. 2, p. 125-144, jul./dez. 2001. Disponível: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/298>>. Acesso em: 31 maio 2011.

_____. **Modernização e biblioteconomia nova no Brasil**. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2003.

_____. O ensino de biblioteconomia no Brasil e aspectos de sua dimensão curricular: um exame dos ditos e não ditos na coleção documentos ABEED. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., São Paulo, 2008. **Anais...** São Paulo, 2008.

_____. **O ensino de biblioteconomia no contexto brasileiro: século XX**. 2. ed. rev. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2009.

TILLET, Barbara. **O que é FRBR?** Um modelo conceitual para o universo bibliográfico. Disponível em: <<http://www.loc.gov/catdir/cps/o-que-e-frbr.pdf>>. Acesso em: 26 fev. 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Escola de Biblioteconomia. **Projeto político pedagógico do curso de bacharelado em biblioteconomia**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://www.unirio.br/cch/eb/bacharelado/Projeto-Politico-Pedagogico-Bacharelado.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2011.

WEITZEL, Simone da Rocha. Origem e fundamento no processo de desenvolvimento de coleções no Brasil: estudo de caso da Biblioteca Nacional. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 10., 2009, João Pessoa. **Anais eletrônicos...** João Pessoa: UFPB, 2009. Disponível em: <<http://dci2.ccsa.ufpb.br:8080/jspui/bitstream/123456789/568/1/GT%20e%20T%20-%20WEITZEL,%20Simone%20da%20R..%20Origem%20e%20fundamento...pdf>>. Acesso em: 05 set. 2011.

WHITE, Herb. Fazemos, fazemos, fazemos e não sabemos porque: as práticas de catalogação clamam por uma reavaliação. **R Esc. Bibliotecon. UFMG**, Belo Horizonte, v. 22, n. 2, p. 257-264, jul./dez. 1993.